

## PETROPOLITANAS

Divulgação



Parlamentar alega falta de manutenção dos veículos

### Vereadora aciona MPRJ após falhas no transporte escolar

A vereadora Gilda Beatriz encaminhou uma denúncia ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro após receber reclamações sobre falhas recorrentes no transporte escolar de Petrópolis. A parlamentar pede a apuração da situação da frota utilizada pelo município. Segundo o ofício, o gabinete recebeu diversas manifestações de pais, responsáveis e profissionais da educação relatando interrupções no serviço causadas por problemas mecânicos, falta de manutenção e demora na adoção de medidas por parte da Prefeitura. Entre os casos apontados está o do Centro de Educação Infantil Professora Graça Costa, em Pedro do Rio, onde um ônibus escolar teria deixado de operar no fim de março deste ano, comprometendo o deslocamento dos alunos.

### Outras unidades impactadas

A denúncia também cita a Escola Municipal Nilton São Thiago, onde mais de 250 estudantes teriam sido afetados pela paralisação. O documento menciona ainda relatos de veículos fora de operação em outras localidades, além de ônibus estacionados há longo período nas proximidades da Escola Municipal Santa Maria Goretti. A Secretaria de Educação esclareceu que não há paralisação generalizada do transporte escolar e que as situações registradas são pontuais.

Arquivo/TV Correio da Manhã



Com a medida, prazo segue até o mês de setembro

### Grupo de trabalho

A Prefeitura de Petrópolis publicou um decreto que estende por mais 90 dias os trabalhos do grupo criado para analisar os pedidos de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O prazo anterior terminaria em junho, mas foi prorrogado até setembro deste ano. De acordo com o texto, a prorrogação passa a valer a partir de 8 de junho de 2026 e mantém em funcionamento o Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 368, de 3 de março de 2026. A equipe é responsável pela análise, avaliação e emissão de despachos nos processos de isenção do IPTU.

### Estacionamento para motoboys

Petrópolis passa a contar com uma legislação que prevê vagas exclusivas para embarque e desembarque de motoboys em áreas comerciais. A medida foi instituída pela Lei nº 9.278, de autoria do vereador Thiago Damaceno, sancionada pelo prefeito e publicada no Diário Oficial, em 29 de maio. A iniciativa foi criada para atender a uma demanda crescente do setor de entregas.

### Baias

A nova lei prevê a implantação de baias exclusivas para embarque e desembarque de motoboys, permitindo que coletas e entregas sejam realizadas de forma mais segura e organizada, sem comprometer a fluidez do trânsito e reduzindo os riscos para motoristas, pedestres e os próprios profissionais.

### Cadastro

De acordo com a legislação, o uso das vagas será permitido apenas aos motoboys devidamente credenciados junto ao órgão municipal de trânsito. Para obter a autorização, será necessário apresentar documentação como Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a atividade.

### Documentos

Além disso, os motoboys precisam ter o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) em dia, comprovante de atuação profissional e comprovante de residência em Petrópolis. A lei também estabelece limite máximo de permanência de 15 minutos nas vagas, garantindo a rotatividade.

### Desafios

Embora a proposta seja vista como positiva para os entregadores, ainda existem desafios para sua efetiva implementação. Um dos principais pontos é a oferta de vagas de estacionamento, especialmente em áreas de grande circulação, onde a disputa por espaço já é intensa. Outro aspecto será a necessidade de ampla divulgação do programa.

### Desafios II

Além disso, a medida exigirá fiscalização constante. Afinal, como garantir que as vagas sejam utilizadas exclusivamente pelos profissionais devidamente cadastrados e autorizados? Esses pontos devem ser determinantes para o sucesso da iniciativa. Outro fator importante é se haverá estudo para a definição dos locais das baias.

### Avanços

Para Thiago Damaceno, a lei representa um avanço importante na mobilidade urbana e na valorização de uma categoria que desempenha papel essencial na rotina da população petropolitana. "Estamos falando de trabalhadores que enfrentam diariamente os desafios do trânsito para garantir agilidade na prestação de serviços".



Vistoria apontou endividamento e falhas no gerenciamento

## Comissão da Câmara apura dívidas da TURP

Grupo solicitou documentos ao município referentes à operação

Por Redação

A Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização da Intervenção Parcial da Transportes Urbanos de Petrópolis (TURP) da Câmara Municipal realizou uma vistoria na sede da empresa para acompanhar o andamento da operação administrada pela Prefeitura e Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans). A principal preocupação dos vereadores é o grau de endividamento e o dano que isso vem causando ao fluxo de caixa, prejudicando o pagamento dos trabalhadores rodoviários e despesas com manutenção diária. A Comissão se reuniu na quarta-feira (03) e vai oficiar a Prefeitura para que a intervenção detalhe as informações financeiras da empresa e apresente um plano de recuperação da intervenção.

"Nesta primeira vistoria, ficou claro que a empresa está em um atoleiro de dívidas. Vamos fazer um relatório com os dados levantados até agora, para procurar entender o fluxo financeiro da empresa e como ela pretende sair dessa situação. E apontar uma direção que a gente, como Comissão, entende como medida que o município deve tomar ao longo desse processo", disse o vereador Fred Procópio, relator da Comissão.

Os vereadores Thiago Damaceno, Marquinhos Almeida, Júlia Casamasso e Octávio Sampaio, que integram a comissão, participaram da vistoria, que aconteceu na última segunda-feira, dia 01. Eles foram recebidos pelo interventor nomeado Júnior Cezar Maurício Marinho, o presidente da CPTrans, Luciano Moreira, e representantes da TURP.

No levantamento parcial realizado pela Comissão, foi apontada melhora da operação diária desde que a CPTrans e a Prefeitura assumiram com a intervenção parcial, no entanto, há uma preocupação sobre as transferências financeiras entre a Prefeitura e a TURP. A vistoria também revelou a desorganização no gerenciamento interno da garagem por parte da empresa - com falhas na manutenção mecânica da frota e na organização do almoxarifado - fatores que podem ter afetado nas perdas de viagens antes da intervenção.

"O intuito da comissão é apontar para a população, com segurança, que a operação vai funcionar. E garantir que a prefeitura, ao término disso, não fique com passivo, como aconteceu em outros momentos da história. Até agora, a intervenção gerou resultado efetivo na operação. A mecânica e o almoxarifado passaram por uma revisão e, agora, têm outra dinâmica. Mas o fluxo financeiro é uma preocupação, tanto da empresa quanto da intervenção", afirma o relator, Fred Procópio.

A Comissão está oficiando a Prefeitura pedindo uma série de informações sobre o custo real da operação, os contratos emergenciais do transporte, o detalhamento das linhas que estão em circulação e sobre a liberação de veículos que estão quebrados em manutenção na garagem da TURP. As informações serão incluídas em relatório preliminar que está sendo elaborado pelo relator da Comissão, vereador Fred Procópio. O grupo tem prazo de 120 dias para concluir o trabalho.